



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO: ATUAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

NAIRA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

ORIENTADORA: ANA PAULA PERTUSSATI TEPERINO

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

NAIRA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

**O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO: ATUAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Ana Paula Pertussati Teperino

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

NAIRA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL

ESPECIALIZADO:

ATUAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em _28_/_11_/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ANA PAULA PERTUSSATI TEPERINO (Orientadora)

ALIA MARIA BARROS GONZÁLES NUNES (Examinadora)

NAIRA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os professores atuantes no AEE, que precisam conquistar seu espaço legítimo de facilitador e mediador de uma educação especializada para alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Que seja uma inspiração para persistência em um fazer que socialmente é tão importante e necessário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora M.^a Ana Paula Pertussati Teperino pelas orientações concedidas na produção dessa pesquisa, que em muito contribuíram para seu enriquecimento.

Aos sujeitos entrevistados por terem colaborado com seus discursos para a geração de dados.

Estendo ainda os agradecimentos aos familiares e amigos que compartilharam desse período destinado a pesquisa e amadurecimento profissional.

RESUMO

Esta pesquisa configura-se em um trabalho de conclusão de curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como objeto de estudo o discurso de professores do AEE e funcionários de escolas da Rede Pública de Ensino de Cruzeiro do Sul-AC. Com o objetivo de identificar e analisar as representações sociais do professor do AEE e dialogar com suas atribuições constitucionais. A geração de dados deu-se por meio de análise de documentos constitucionais, observação de práticas pedagógicas e elaboração e aplicação de roteiro de dois questionários, totalizando onze participantes na pesquisa. A análise dos dados dialogou com aspectos constitucionais e com o conceito de representação social de Moscovici (1997), Hall (1997) e Jodelet (2002). Os resultados indicam dois tipos de representações sociais construídas acerca dos professores especializados em Atendimento Educacional Especializado, estando um relacionado aos aspectos legais que legitimam essa profissão, como uma espécie de legitimação do discurso científico/legislativo e outra produzida no seio social, nas experiências e (des)conhecimentos que circulam nos ambientes escolares. Prevalecendo um desejo por parte dos professores do AEE de maior reconhecimento e valorização profissional.

Palavras-Chave: Inclusão Escolar. Professores do AEE. Representações Sociais. Legislação.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 Breve histórico dos aspectos constitucionais que normatizam a Assistência Educacional Especializada	12
2.2 O papel do professor na escola inclusiva.....	14
2.3 Conceito de representação social.....	16
3 OBJETIVOS.....	18
3.1 Objetivo geral	18
3.2 Objetivos específicos.....	18
4 METODOLOGIA.....	19
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia.....	19
4.2 Contexto de Pesquisa.....	19
4.3 Participantes	19
4.4 Materiais	20
4.5 Instrumentos de Construção dos Dados.....	20
4.6 Procedimentos de Construção de Dados.....	20
4.7 Procedimentos de Análise de Dados.....	21
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5.1 Aspectos normativos.....	22
5.2 Observações de práticas de profissionais do AEE.....	24
5.3 Discursos dos professores do AEE.....	26
5.4 Discurso dos funcionários das escolas.....	37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	46
Apêndice A: Roteiro I de questionário semi-estruturado/professor	46
Apêndice B: Roteiro II de questionário semi-estruturado/funcionário da escola.....	47
ANEXOS.....	48
Anexo A: Aceite Institucional	48
Anexo B: Carta de Apresentação.....	49
Anexo C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	50

1 APRESENTAÇÃO

A pesquisa apresentada tem como objetivo identificar e analisar as representações sociais do professor do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e dialogar com suas atribuições constitucionais. Interessa-nos averiguar como esse profissional se representa como sujeito e também como é representado por outros sujeitos que compõem o ambiente escolar.

Para levantamento dos dados foi realizado um estudo bibliográfico, considerando leis e normativas que versam sobre o atendimento e atuação do professor do AEE. Configura-se em uma tentativa de compreender a origem das representações sociais do professor do AEE e contextualizar com os discursos oficiais que regulam e normatizam a função desse profissional para proporcionar uma reflexão sobre a necessidade do reconhecimento social do perfil e da atuação desses sujeitos.

A problemática está relacionada à identidade profissional de professores do AEE. Objetivamos por meio de discursos de professores atuantes na inclusão, compreender como eles se representam enquanto profissionais, identificando concepções sobre o Atendimento Educacional Especializado. Essa problemática nos direcionou para algumas questões de estudo pertinentes, tais como: quem são os professores atuantes no AEE?; qual a formação desses profissionais?; como se dá a atuação desses profissionais na rede pública de ensino da cidade de Cruzeiro do Sul/Acre?; como esses professores se representam enquanto profissionais de Atendimento Educacional Especializado?; quais os discursos produzidos no ambiente escolar sobre a atuação dos professores do AEE?

Para responder as questões do estudo optamos por realizar dois questionários semi-estruturados e observações de práticas de professores que atuam no AEE na cidade de Cruzeiro do Sul, para através de seus discursos compreender as representações sociais que permeiam a atuação profissional desses sujeitos, bem como identificar os discursos que sustentam suas atuações nas instituições de Ensino Público da referida cidade.

O interesse em pesquisar as representações e a atuação de professores do AEE em escolas públicas de Cruzeiro do Sul está intimamente ligado à prática da autora enquanto professora atuante nessa área, na rede municipal da referida cidade, que atua há dois anos enfrentado dificuldades para exercer a atividade como professora do AEE por ser associada como professora de reforço.

A inclusão é considerada uma responsabilidade social que acontece para além dos muros de um ambiente escolar, um desafio que depende de um trabalho conjunto entre gestão escolar, corpo docente e comunidade. Embora a preocupação com a formação dos professores do AEE tenha ganhado atenção diferenciada nos últimos anos, havendo um investimento e valorização de especializações e formações continuadas, persiste ainda o desafio desse profissional em efetivar

seus conhecimentos no ambiente escolar. No ambiente escolar, quase sempre esse sujeito é confundido com um professor de reforço.

Formada em pedagogia desde 2010, nunca havia pensado na possibilidade de atuar como professora do AEE, foi apenas em 2013 que passei em um processo seletivo para atuar como professora desta modalidade de ensino. Desde então, realizo atendimento com alunos com Necessidades Educacionais Especiais e a falta de experiência tem despertado o desejo de aprofundar os conhecimentos nessa área de atuação profissional, com intuito de compreender melhor minhas atribuições e expectativas sociais acerca do trabalho que realizo.

Nesses três anos de atuação, tenho participado de formações e capacitações para atuar na sala de recursos multifuncionais. Hoje tenho clareza de que não sou uma professora de reforço e tão pouco substituta de professores regentes. No entanto, existem dificuldades de fazer as famílias entenderem meu papel dentro da instituição, como também da própria equipe escolar, em dar suportes para minha atuação, legitimando minhas atribuições tais como previstas nos documentos legislativos que fundamentam a atuação no AEE.

Essa realidade desperta inquietudes em compreender as representações sociais que se constroem na arena social, política e cultural sobre o professor de Atendimento Educacional Especializado, bem como o desejo em contribuir com a produção de contras discursos sobre o imaginário construído por/nessa essa área de conhecimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação acompanha a história da humanidade e passa a cada período por grandes mudanças que requerem um novo perfil de homem e profissional. Entende-se que um professor quando bem formado, tanto a nível inicial ou contínuo, seja cada vez mais capaz de atender satisfatoriamente a demanda social contemporânea.

Um grande marco para a história educacional foi a Declaração Mundial sobre a Educação para todos, publicada na década de 90. Segundo a Declaração “todas as pessoas, crianças, jovens e adultos devem se beneficiar de oportunidades na esfera da educação, tendo em vista satisfazer as suas necessidades básicas de aprendizagem” Após essa Declaração, todos os países buscam construir discursos e políticas públicas em prol de uma escola universal.

Conforme Souza (2007), a Declaração de Salamanca (1994), resultado da referida conferência, enfatizou que era preciso repensar as políticas públicas de formação do professor para atender a todos os alunos, inclusive os com deficiência, declarados como alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), tendo em vista combater atitudes discriminatórias, garantindo que todas as escolas comuns ofereçam o ingresso e a melhor qualidade de ensino para todos os alunos, independente e incondicionalmente, atendendo mediante possibilidades únicas de aprendizagem (SOUZA, 2007).

No Brasil, os estudos sobre formação de professores que tem ganhado bastante espaço nas teorias educacionais são os de Pimenta (2002). Está autora explica que as lutas e buscas pela inovação dos cursos de formação inicial e continuada de professores começaram na década de 1960. No entanto, os discursos sobre uma educação para todos não previam a inclusão de pessoas com NEE, pois falava-se de diferenças de gênero, raças, crédulos e classes sociais, mas não enfatizava o direito e a necessidade de uma construção de uma educação escolar inclusiva.

Até 1970 a educação para pessoas com Necessidades Educacionais Especiais era realizada apenas em instituições especializadas, havendo poucos educadores capacitados para o ensino desta população. Somente em 2008 foi implantada a educação inclusiva nas políticas públicas de inclusão, embora a Constituição de 1988 já havia enfatizado o direito a educação especial.

A proposta de uma educação inclusiva, configurou-se como marco no cenário educacional, principalmente quando na área de inclusão escolar. No Brasil, a inclusão escolar vem sendo representada à luz da política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008) que traz em seu bojo marcos legais e normativos e

contempla um aporte teórico, elucidado pelos pensamentos e ideias de estudiosos que tem debruçado sobre temas que possam sustentar as argumentações.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 reiterou o objetivo maior do ensino fundamental, isto é, o oferecimento de formação básica para a cidadania, tendo como base os princípios de uma sociedade inclusiva. A escola deve propiciar condições de aprendizagem que levam ao domínio da escrita, da leitura, do cálculo, da compreensão, do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores da sociedade, bem como o desenvolvimento da aprendizagem e da solidariedade humana com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1997, quando o governo federal publicou os parâmetros curriculares nacionais.

Os parâmetros constituem um importante referencial para a educação fundamental de todo o país, respeitando as diversidades culturais regionais, étnicas e políticas, orientando os sistemas educacionais municipais e estaduais a se tornarem inclusivos por meio de ações que favorecem a construção da cidadania dos alunos vinculados aos princípios democráticos. Para tanto, a proposta educacional precisa priorizar a qualidade da formação a ser oferecida aos alunos tendo em vista o que a sociedade moderna demanda.

Isso significa propor uma educação adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, com intuito de propiciar o desenvolvimento pleno das competências dos alunos, formando cidadãos autônomos, críticos e participativos, agindo com responsabilidade na sociedade em que vivem. Em síntese, a escola constitui-se numa instância que garante a igualdade de oportunidades e de participação promovendo a construção de uma sociedade inclusive.

2.1 Breve histórico dos aspectos constitucionais que normatizam a Assistência Educacional Especializada

O princípio de uma educação inclusiva está previsto pela Constituição de 1988, porém, a Política Pública Educacional na perspectiva da educação inclusiva é reconhecida nas propostas curriculares somente a partir de 2008, (SEESP/MEC, 2008), e o Atendimento Educacional Especializado passa a ser assegurado pelo Decreto 7611/2011 e pela Resolução 04/2009 – CNE/CEB¹.

¹ Conselho Nacional de Educação / Conselho de Educação Básica

Antes a esse reconhecimento legislativo, da necessidade de oferecer assistência especializada aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, as escolas públicas já recebiam timidamente essa clientela, amparando-se em um discurso da inclusão. Ocorre que a matrícula de alunos com NEE por si só não se configura um processo de inclusão, limita-se apenas na inserção, ou seja, insere mais não inclui.

As salas de recursos multifuncionais foram pensadas pelo Ministério da Educação (MEC) como espaço para a complementação da educação de alunos com Necessidades Educacionais Especializadas. Nesse ambiente, propõe-se a atuação de diferentes profissionais, desde o intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o revisor de Braille, o fonoaudiólogo, o professor especializado em Atendimento Educacional Especializado, dentre outros. Juntos, esses profissionais buscam identificar as dificuldades de aprendizagem, planejam ações pedagógicas que atendam essas necessidades e produzem material didático para viabilizar a aprendizagem dos alunos.

Constitucionalmente, o AEE tem a função de complementar e suplementar a formação dos alunos visando o desenvolvimento da autonomia dentro e fora da escola, devendo ser realizado nas escolas em uma sala de recursos multifuncionais. A sala de recursos é montada pelo MEC nas escolas que registram em seu senso a presença de alunos com NEE. As iniciativas para a inclusão devem estar asseguradas no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, prevendo o atendimento de crianças, jovens e adultos beneficiados pela sala de recursos.

Exatamente a partir dessa perspectiva, de oferecer uma complementação e suplementação da formação de alunos com NEE, que surge a necessidade de um profissional especializado para realizar o Atendimento Educacional Especializado nas salas de recursos multifuncionais que deve ser oferecido preferencialmente no contra turno da mesma escola que o aluno está matriculado. Ao professor da sala de aula comum é atribuído o ensino das áreas do conhecimento e ao professor do AEE cabe complementar e suplementar a formação do aluno com conhecimentos e recursos específicos, que possibilitam e favoreçam sua participação autônoma e independente em turmas comuns de ensino regular.

A inclusão requer uma estrutura física adaptada, profissionais capacitados e especializados para essa nova realidade, bem como um trabalho pedagógico que considere as necessidades educacionais dos alunos. Depois de muitos debates sobre a necessidade de incluir adequadamente os alunos com NEE nas escolas públicas de ensino, é sabido que, o AEE é um serviço da educação especial que tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras que impedem a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

2.2 O papel do professor na escola inclusiva

O papel do professor em uma escola que se pauta nos princípios de uma educação inclusiva é de facilitador no processo de busca de conhecimento que parte do aluno. O professor é quem organiza situações de aprendizagem adequadas as diferentes condições e competências, oferecendo oportunidades de desenvolvimento pleno para todos os alunos.

O objetivo da educação, portanto, não consistirá na transmissão de verdades, informações, demonstrações e modelos, mas de propiciar que o aluno busque caminhos próprios para conquistar essas verdades, mesmo que tenha de realizar todas as táticas pressupostas por qualquer atividade real. A autonomia intelectual será assegurada pelo desenvolvimento da personalidade e pela aquisição de instrumental lógico-racional.

A educação deverá visar que cada aluno chegue a essa autonomia. (MIZUKAMI, 1986, p.71). Nesse sentido, a escola e seus currículos precisam ser diferentes do que propõe a educação tradicional. Sua atuação deve ser mais ampla e complexa, considerando o contexto histórico e político da sociedade e os interesses, tendo como base uma pedagogia emancipadora, que provoque nos sujeitos o espírito crítico a reflexivo, comprometendo-se com uma ação transformadora. Ao professor cabe criar condições para que os alunos superem a situação atual vivenciada pela realidade social e também pelas condições orgânicas ou transtornos provocados por patologias de ordem sensorial, intelectual, comportamental ou física. Na escola que assume a perspectiva inclusiva, todo professor deverá buscar despertar e desenvolver competências e propor conteúdos compatíveis com as experiências vividas pelos alunos para que atribuam significado aos conteúdos, objetivando participação ativa nos processos.

No caso dos alunos com NEE, o professor precisa identificar e conhecer as suas competências, os recursos e as estratégias de ensino que proporcionam a sua aprendizagem, de forma a superar ou compensar os comprometimentos existentes. O professor do AEE precisa não somente conhecer esses pressupostos, como ter uma formação que lhe permita atuar como professor da inclusão, caso contrário, todo o discurso da inclusão ficará apenas na teoria e teremos apenas uma integração de alunos com NEE nos espaços escolares. Essa formação deve ser tanto de forma inicial como continuada.

Sem uma formação que prepare e capacite os professores para a realização de práticas de ensino inclusivo, todo o discurso legal não será executado e ficará apenas na legalidade. Segundo Correia (2008) a atuação profissional na educação inclusiva necessita de:

Uma formação específica de educadores, professores e auxiliares, que lhes permita perceber minimamente as problemáticas de seus alunos e que tipos de estratégias devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias no fazer docente e nos processos de aprendizagem. (p. 28).

A existência da sala de recursos multifuncionais e do professor do AEE na escola, permite um trabalho mais significativo com maior aproveitamento para a sala de aula comum e para a sociedade como um todo. Visto que é esperado que o professor especializado em Atendimento Educacional Especializado, realize um estudo de caso de todos os seus alunos para conhecer o diagnóstico de cada criança, suas dificuldades, potencialidades e receptividades, para assim planejar sua atuação adequadamente.

Para Lima (2011) esse estudo de caso é fundamental, e o desenvolvimento do trabalho do professor do AEE configura-se em uma ferramenta de investigação e avaliação do aluno, visto que, através das etapas do estudo de caso, o professor poderá conhecer os aspectos cognitivos, motores e sócio afetivos do educando e assim organizar propostas pedagógicas que desenvolvam e estimulem seu desenvolvimento como um todo.

Não podemos esquecer do diálogo que deve existir entre o professor da sala regular e o do AEE, que devem trabalhar em sintonia, desenvolvendo ações em parceria para beneficiar os alunos. Precisamos ter clareza de que esse tipo de atendimento especializado não é atribuição apenas do professor especializado nessa área. Rezende e Pimenta (2010) enfatizam que:

As áreas de atuação do AEE, nas escolas de Ensino Regular, são psicomotoricidade, arteterapia, pensamento lógico-matemático e linguagem, desenvolvidos de forma interativa, sob a coordenação de um pedagogo e professor especializado. (p.15)

Nesse sentido a efetivação da inclusão não é definida apenas pelo professor do AEE, mesmo porque, espera-se que nas salas de recursos estejam juntamente com esse professor outros profissionais que possam ajudar em questões mais específicas e peculiares. Silva e Arruda (2014) também atentam para essas questões:

O professor por mais inclusivo que ele seja não consegue incluir o aluno sozinho, a participação de todos é importante e fundamental para um melhor desenvolvimento dentro da comunidade. É necessário tanto a escola como os centros de apoio possam mudar o pensamento no que fazer, para quem fazer e como construir uma sociedade inclusiva, usando sua técnica junto com materiais oferecidos pela escola ou instituição, o professor pode repensar sua prática pedagógica junto com toda a equipe escolar. (p.22).

Assim sendo, o professor do AEE é parte fundamental na inclusão, mas de modo algum é o único responsável por efetivá-la. É preciso que a cultura escolar esteja aberta para práticas escolares

e que as ações pedagógicas reforcem diariamente a atuação desse profissional, dando apoio e suporte pedagógico. É válido ressaltar que existem outros profissionais importantes no trabalho educativo com alunos com algum tipo de deficiência, tais como fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, intérprete de Libras, educador físico, revisor de Braille, etc.

2.3 Conceito de representação social

As representações sociais configuram um campo teórico de pesquisa interdisciplinar, que tem ganhado espaço para além da sociologia, tendo um enraizamento bastante profundo na área da psicologia e linguística. No entanto, por ser uma tendência recente, os estudos das representações sociais no campo educacional, buscaremos conceituar representação social a partir dos autores que teoricamente fundamentam melhor o termo como Moscovici (1997), Hall (1997) e Jodelet (2002).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) trabalha com o pensamento social em sua dinâmica e diversidade, considerando que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar. Existem as representações sociais do campo consensual e as do campo científico. O universo consensual é aquele constituído pela conversação informal, na vida cotidiana, o universo científico por sua vez, também chamado de universo reificado, se cristaliza no rigor científico.

As representações sociais são construídas principalmente no campo consensual, onde todos podem falar e falar tudo, já que no universo científico apenas os especialistas são “autorizados” a falar. Moscovici (1974) considera as representações sociais, oriundas do universo consensual, como conhecimentos pré-teóricos dotados de racionalidade. Seria uma forma de conhecer típica de determinados grupos sociais.

As representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu *status* é o de uma produção de comportamentos e relações com o meio, o de uma ação que modifica uns e outros, e não o de uma reprodução [...] são sistemas que têm uma lógica própria e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações que se referem tanto a valores como a conceitos [com] um estilo de discurso próprio. Não consideramos como opiniões sobre, nem imagens de, mas como “teorias” como “ciências coletivas” destinadas a interpretação da realidade. (MOSCOVICI, 1974, p.48).

Em consonância ao conceito de representação de Moscovici (1974), Jodelet (2002, p. 48) define as representações sociais como “formas de conhecimento socialmente elaborados e compartilhados, com um objetivo prático que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Ou seja, para a autora, as representações tem a importância de serem estudadas por meio de uma articulação entre o real, afetivo, mental, social, linguagem e comunicação.

Para Hall (1997), a cultura é um conjunto de valores ou significados compartilhados e significados por meio da linguagem, para tanto, é através do uso que fazemos das coisas, dizeres, pensamentos e sentimentos, que nós representamos e damos significados. Esses significados produzidos no bojo das práticas e vivências sociais regulam as práticas sociais, incorporam-se as identidades através da sensação de pertencimento de um conjunto de ideias.

No campo da regulação das práticas sociais que nos interessa compreender as representações sociais sobre os profissionais do AEE. A preocupação de Hall (1997) com as representações sociais está exatamente relacionada a construção das identidades e a regulamentação das práticas sociais. Pensando a representação como um conhecimento produzido pelo discurso sua consequência é a incisão sobre as condutas dos sujeitos, formação moral, cultural e ética.

Precisamos considerar ainda que para Hall (1997), não existe uma única interpretação para as imagens sociais, visto que a hermenêutica está sempre sendo negociada para gerar novas situações de representação. Isso nos permite pensar a representação como um uso da linguagem, sendo parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos.

Nesta pesquisa, os discursos dos professores serão objeto de análise para identificar significados atribuídos a atuação do profissional do AEE, ou seja, conceitos consensuais podem aparecer na fala desses sujeitos e evidenciar as regras ou interpretações que tendem no campo das práticas educacionais regulamentar a atuação desses professores. Ao confrontar a fala com as observações e aspectos legais poderemos responder nosso objetivo maior que é identificar as representações sociais dos professores do AEE.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

A pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as representações sociais do professor do AEE e dialogar com suas atribuições constitucionais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e analisar o papel do professor do AEE em documentos legislativos.
- Identificar e analisar a atuação de professores do AEE em algumas escolas públicas de Cruzeiro do Sul.
- Identificar e analisar os discursos sociais sobre o professor do AEE no contexto escolar

4 METODOLOGIA

4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. No que se refere a geração dos dados optou-se por três procedimentos: a leitura e análise de documentos oficiais que legitimam a função dos professores do AEE; observação de práticas docentes de alguns professores do AEE e questionários com professores e membros da gestão de cinco escolas públicas de Cruzeiro do Sul. Após os dados gerados realizou-se análise em uma perspectiva hermenêutica.

A pesquisa está dividida em três etapas: inicialmente foi realizada a leitura de assuntos especializados para obter elementos teóricos que possam subsidiar as análises. Posteriormente foram elaborados dois roteiros de questionário semi-estruturado que foi aplicado com seis professores do AEE de escolas públicas de Cruzeiro do Sul e cinco funcionários das escolas.

4.2 Contexto de Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada dentro de cinco escolas municipais públicas da cidade de Cruzeiro do Sul/Acre. Para sua realização, inicialmente foi feito contato com a gestão da escola, com intuito de apresentar o interesse em realizar a pesquisa no âmbito dessas instituições. Após o consentimento, realizamos um primeiro contato com cada professor e funcionário participante da coleta de dados. Ressaltamos que todas as gestoras preencheram e assinaram o Aceite Institucional (Anexo A) e a Carta de Apresentação (Anexo B).

Tanto a gestão escolar, como os profissionais que foram entrevistados apresentaram uma boa receptividade e desejo em colaborar com a pesquisa. Após todos os envolvidos tomarem ciência da pesquisa realizamos um agendamento para a realização dos questionários e das observações. As observações foram realizadas somente com as seis professoras especializadas em Atendimento Educacional Especializado, sendo uma de cada instituição.

4.3 Participantes

No que concerne aos participantes da pesquisa, são seis professoras atuantes no AEE e cinco funcionários atuantes na Rede Municipal de Ensino de Cruzeiro do Sul. Os profissionais do AEE

são mulheres, sendo que cinco com formação em Pedagogia e apenas uma com formação em Letra Português. O tempo de atuação dessas professoras oscila entre 03 a 10 anos, o que deixa nosso universo pesquisado bastante interessante, considerando que temos professoras que já atuam há bastante tempo e outras que há poucos anos.

Para identificar as professoras, as mesmas foram denominadas de professora A, B, C, D, E e F. Também participaram desta pesquisa, cinco gestores de cinco escolas públicas de Cruzeiro do Sul. Optamos por nomear estes funcionários por meio de números (1, 2, 3, 4 e 5). Enfatizamos que todos professores e funcionários preencheram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (Anexo C).

4.4 Materiais

Para garantir a autenticidade dos discursos, foi usado gravador de áudio e para registro das observações usamos um diário de bordo para anotações de nossas impressões e percepções.

4.5 Instrumentos de Construção dos Dados

Os instrumentos utilizados foram o diário de observação, que o pesquisador relata suas impressões de um contexto de sala de aula observado e dos questionários semi-estruturados elaborados juntamente com a orientadora desta pesquisa. Os discursos foram transcritos na íntegra, tendo alguns de seus fragmentos inseridos no corpo desse trabalho para melhor evidenciar a hermenêutica que fundamenta a pesquisa ora apresentada. Os questionários constam ao final do trabalho para possível consulta pelos leitores. Foram elaborados dois roteiros de questionários, um para os professores (Apêndice A) e outro para os funcionários (Apêndice B).

4.6 Procedimentos de Construção de Dados

O processo de construção de dados deu-se a partir do discurso dos professores e funcionários, como também das percepções da autora em observações de práticas pedagógicas das professoras entrevistadas. Procuramos identificar regularidades e irregularidades nesses dados, interpretando em consonância com os aspectos teóricos legislativos que compõem o corpo desse trabalho.

4.7 Procedimentos de Análise de Dados

Os dados coletados nos questionários foram transcritos na íntegra, tendo as partes mais significativas para a análise incorporadas no corpo do trabalho em um movimento de análise dos discursos que versam sobre o papel/atuação do professor do AEE.

Para a interpretação dos dados elaboramos oito categorias de análise descritas abaixo:

- ✓ Primeira categoria: escolha pela docência
- ✓ Segunda categoria: importância do professor de AEE
- ✓ Terceira categoria: reconhecimento/satisfação e formação profissional
- ✓ Quarta categoria: rotina de trabalho e mudanças
- ✓ Quinta categoria: dificuldades e desafios
- ✓ Sexta categoria: relações interpessoais e comunidade
- ✓ Sétima categoria: relacionamento com aluno e expectativas
- ✓ Oitava categoria: papel social

Atrelado aos dados coletados e distribuídos nas categorias de análise, realizamos inferências a partir de observações realizadas em situações reais de atuações das professoras entrevistadas. As interpretações consideram os discursos dos professores e funcionários como representações sociais desse grupo de profissionais dos quais estão inseridos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tentativa de responder nossas questões de estudo, apresentaremos os resultados seguindo os passos metodológicos da pesquisa que envolve a leitura e análise de documentos que normatizam o AEE, observações de práticas pedagógicas de professores dessa área e respostas aos questionários com professores e funcionários de escolas que oferecem Atendimento Educacional Especializado.

5.1 Aspectos normativos

As leituras dos aspectos legais do AEE nos permitem compreender a atuação dos professores da AEE como um direito as Leis segurado pela LDB N° 9394/96 regulamentada e sistematizada pela Resolução do Conselho Nacional e da Câmara de Educação Básica nos dizeres do Art. 18 que diz:

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:
 I formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado a licenciatura para a educação infantil ou para anos iniciais do ensino fundamental.
 II complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior a licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;
 §4º Aos professores que já estão em exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, do Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL,2011)

A definição de professor especializado em educação especial fica clarificada no Art. 18 que diferencia professores de salas comuns dos atuantes no AEE:

§ 1º São professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para [...]
 §2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais [...] bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL,2001)

Nossas leituras nos encaminham para a definição do AEE como uma atividade complementar a formação dos alunos que possuem algum tipo de deficiência, disponibiliza serviços de

acessibilidade e estratégias que possam minimizar as barreiras para sua participação nas atividades sociais.

A Resolução nº 4 (BRASIL, 2009) em seu Art. 13 descreve as atribuições do professor de AEE, deixando claro qual o papel desse profissional:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Ainda de acordo com essa resolução o atendimento do AEE, deve ser realizado prioritariamente na sala de recurso multifuncional da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso ao da escolarização regular, não tendo a função de substituir as aulas regulares em classes comuns. Geralmente, as escolas precisam lançar em seu senso de alunos a existência de alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Os documentos legais também enfatizam que o professor que o MEC possa viabilizar o funcionamento de uma sala de recurso para que o professor do AEE possa realizar o atendimento a esses alunos. Os professores do AEE são mediadores com competências para lidar com o diferente, trabalhar em equipe e ser colaborativo com professores especialistas. Segundo Mendes (2006) o educador comum e o educador especial devem dividir responsabilidades de planejar, instruir e avaliar a instrução a um grupo heterogêneo de estudantes, sendo que esse modelo emerge como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais para atender as demandas dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais.

Tais pressupostos legais e teóricos deixam evidente que o foco do AEE é atender pedagogicamente os alunos com Necessidades Educacionais Especiais, seja na sala de aula comum em consonância com o professor ou em salas de recursos.

5.2 Observações de práticas de profissionais do AEE

Como mencionado na metodologia, essa pesquisa teve como um de seus elementos metodológicos para a geração de dados, a observação de práticas em sala de aula ou salas de recurso em que atuam profissionais do AEE. A seguir descreveremos nossas impressões das observações.

Professora A:

A professora acompanha dois alunos com necessidades educacionais especiais em salas de aula comum. Senta-se próximo aos alunos ajuda na leitura de atividades e tenta motivar os alunos a realizarem as atividades. Não apresentou nenhum recurso metodológico diferenciado aos dois alunos, seu apoio foi de caráter moral. Não dialogou em momento algum com a professora regente na sala.

Professora B:

A professora atendeu quatro alunos com Necessidades Educacionais Especiais em uma sala de recursos utilizando jogos educativos e áudio para desenvolver a consciência fonológica dos alunos, fator importante no processo de alfabetização, que muitas vezes pode ser comprometido por algum tipo de deficiência. A professora demonstrou bastante envolvimento com os alunos e durante a realização das atividades fez registros em seu diário sobre o desempenho de cada aluno. Ao propor a atividade colocava-se na condição de aprendiz junto com os alunos, uma tentativa de os motivar.

Professora C:

A professora fez atendimento na biblioteca da escola e trabalhou com ordenação de textos de memória, com fichas em um tamanho considerado grande e colorido. Levantou hipóteses juntamente com os alunos, estingando o ato de pensar e decodificar. O que mais chamou atenção nessa professora foi o modo como ela reagia no momento em que o aluno alcançava o objetivo da atividade proposta. Seu jeito brincalhão e vibrante com o acerto dos alunos mantinha neles a confiança para novos desafios na aprendizagem.

Professora D:

A professora acompanhou alunos na sala de ensino regular, sentou ao lado do aluno com Necessidades Educacionais Especiais, quando o diálogo era apenas entre eles dois. Ela falava baixo, portanto não consegui ouvir as intervenções realizadas. Mas a leitura corporal foi a de uma

professora inquieta diante das dificuldades do aluno na disciplina de matemática. Já próximo ao final da aula a professora regente da sala sugeriu que a profissional do AEE utilizasse material concreto para ajudar o aluno a resolver operações com acréscimo ou retirada de quantidades.

Professora E:

A professora iniciou a aula na sala de recursos cumprimentando os alunos, perguntando como estavam e em seguida fez perguntas sobre a aula anterior, fazendo uma espécie de revisão do conteúdo trabalhado. Verifiquei que enquanto conversa com os alunos olha anotações em um caderno, provavelmente registros do desempenho dos alunos na aula anterior. A professora fez a leitura de uma fábula, e em seguida pediu que os alunos recontassem a história. Ela se expressou por meio de linguagem oral e por meio de Libras, visto que um dos alunos é surdo. Os alunos pareciam motivados, uns mais soltos e outros mais tímidos recontaram a história. A professora fazia a comunicação entre o aluno surdo e os ouvintes, traduzindo a língua de sinais para os ouvintes e vice-versa. Verifiquei que alguns alunos ouvintes conversavam em Libras com o aluno surdo. A professora passou uma atividade de escrita e ficou fazendo intervenções individuais com cada aluno, adotando uma postura paciente com os alunos, com um diálogo marcado de afetividade e conhecimento das deficiências dos alunos.

Professora F:

A professora realizou sua aula no laboratório de informática, fazendo inicialmente uma leitura compartilhada e depois propôs aos alunos que jogassem no computador. Os jogos utilizados eram de caráter educativo, disponibilizados pela equipe formadora do MEC. Os alunos participaram com bastante entusiasmo. Durante a aula, verificou-se que os alunos apresentam dificuldades na leitura e que a professora estava a todo instante fazendo o papel de escriba dos alunos, dizendo as letras que os alunos deveriam utilizar para escrever as respostas dos jogos.

As observações incorporadas no corpo desse trabalho permitem a identificação de perfis diferentes de professores do AEE. Essa diferença no perfil de cada docente pode estar relacionada às condições de trabalho, visto que nem todas as escolas possuem sala de recursos e laboratório de informática, ou ainda devido a área de formação de cada um, do compromisso profissional ou mesmo identificação com a área de atuação.

Ficou evidente que alguns professores observados se sentem desafiados a ensinar os alunos e fazer com que eles superem suas limitações, mas evidenciou-se também que nem todos estão preparados para lidar com as limitações de aprendizagem que os alunos apresentam e por isso, demonstraram inquietude e falta de paciência.

Outro aspecto bastante relevante observado na prática da professora E, foi sua preocupação em permitir e facilitar a comunicação entre os alunos ouvintes e os surdos, adequando as atividades de oralidade a linguagem em Libras, traduzindo a Libras para os alunos ouvintes, fazendo assim com que o aluno surdo sintasse confiante em expor suas emoções, sentimentos, compreensões e incompreensões.

Considerando o conceito de representação adotado nesse trabalho, o de que os grupos sociais produzem conhecimentos que regulamentam suas práticas sociais, podemos dizer que evidenciou-se na prática representações provenientes de uma formação pedagógica para atuar como professor do AEE, mas também compreensões pessoais desse profissionais, muito provavelmente construídas na experiência do dia a dia. Não houve, aparentemente, uma preocupação em demonstrar domínio dos conhecimentos científicos sobre as necessidades educacionais dos alunos. Porém, transpareceu em alguns mais que em outros, a concepção de que os alunos são capazes de aprender desde que se criem as condições pedagógicas para a superação de limitações. Isso ficou bastante evidente na prática da professora E que sabiamente norteou a interação entre alunos ouvintes e não ouvintes.

Outro aspecto que chamou atenção foi à ausência de aproximação e comunicação entre os professores regentes nas salas de aula comum com os professores especializados em Atendimento Educacional Especializado. Apenas em uma das práticas observadas houve essa aproximação. É válido ressaltar que legislativamente é atribuição do professor do AEE o trabalho em equipe com os professores que atuam nas salas de aula. Obviamente que essa falta de aproximação não pode ser responsabilidade apenas do professor do AEE, a iniciativa deve ser de ambos os professores.

5.3 Discursos dos professores do AEE

Os questionários realizados, evidenciam discursos de seis professores que atuam no AEE. Nas falas, identificamos conhecimentos do campo consensual entrelaçados aos conhecimentos científicos, especificamente do campo legislativo, o que chamaríamos de discursos legitimados no âmbito social. Para melhor apresentar as reflexões realizadas elaboramos categorias de análises, já descritas na metodologia dessa pesquisa. As falas distribuídas nas categorias são transcrições na íntegra das respostas geradas a partir dos roteiros de questionários semi-estruturados.

Primeira categoria:	Escolha pela docência na área do AEE
Professora A	Escolhi trabalhar nessa área porque me identifico e gosto do público.
Professora B	Por afinidade.

- Professora C Comecei a fazer cursos de Libras no Centro de Inclusão (NAPI), para obter a carga horária para finalizar meu curso da faculdade e com isso, passei a ter contato não só na área de Libras, mas, também com as das outras deficiências e assim comecei a gostar da área e depois comecei a trabalhar nela e ser professora do AEE.
- Professora D Na verdade, não escolhi, foi por acaso mas hoje gosto muito da área.
- Professora E O que me despertou o interesse por essa área, era a presença de uma aluna com surdez na minha sala de uma comum. A partir daí comecei a fazer cursos e me especializei na área para atender melhor a referida aluna.
- Professora F Saiu um edital da prefeitura, estava desempregada tentei e consegui, não foi uma escolha propriamente dita, mas hoje me identifico bastante e busco conhecimento para melhorar minha atuação.

Verifica-se que a escolha pela área de AEE foi por diversos motivos. Algumas entrevistadas afirmam se identificar com a área e público e por isso exercem essa função, outras, no entanto, dizem que não foi uma escolha e sim um acaso, ou necessidade de um trabalho. Havendo um caso em que a experiência como regente de sala comum com alunos com deficiência fez com que o interesse em aprender para ajudar esses alunos a levasse a professora e a se especializar, e mais tarde atuar na área. As professoras não transparecem insatisfação com a profissão.

Segunda categoria: Importância do professor do AEE

- Professora A Os professores do AEE são de grande importância na escola, pois é ele que orienta os professores regentes para trabalhar com crianças especiais.
- Professora B É muito importante, mas não compreendida como deveria ser, tem professor do AEE que acaba sendo mediador, psicólogo, mãe...etc. indo além do seu papel social que é criar condições de aprendizagem para alunos que tenham necessidades educacionais especiais.
- Professora C Os professores do AEE são de suma importância, pois são eles os que dão suporte ao professor regente, além de fazer um trabalho voltado aos alunos da inclusão onde ele auxilia a inclusão do aluno no ambiente da escola, trabalha as necessidades do aluno através da complementação e também suplementação quando necessário.
- Professora D Os professores do AEE são grande importância na escola, pois ele identifica elabora recursos de acordo com a necessidade especial do aluno dando suporte para o professor regente.
- Professora E A aprimoração de conhecimentos que esses professores do AEE oferecem aos alunos com necessidades educacionais. É graças a capacidade desses profissionais em identificar a necessidades de aprendizagem de alunos deficientes e de elaborar recursos didáticos e estratégias metodológicas que os alunos especiais frequentam a escola e se sentem incluídos. Sem esse profissional os alunos tenderiam a serem ignorados na sala de aula, seriam apenas inseridos, porque tem professor regente que nem conhece as deficiências, como poderia ajudar os alunos.
- Professora F Eu diria que é de suma importância, sem esse profissional todo o discurso de inclusão não sairia do papel, o professor regente não dá conta desse trabalho, por falta de conhecimento e pela demanda de tempo. Tem aluno que se não fosse a gente orientado o professor ele entraria e sairia da escola do mesmo jeito. Somos

responsáveis por colocar a lei na prática, diminuir as diferenças de oportunidades em detrimento as necessidades diversas. Mas é claro que isso é uma opinião de quem estuda e faz, porque socialmente a valorização e importância dada a nós não é muito boa não.

Há pelo menos duas leituras possíveis dessas falas. Existe compreensão de que sem o professor do AEE a lei não seria contribuída, já que ele seria o sujeito capaz de identificar as necessidades educacionais dos alunos e de metodologicamente conduzir a aprendizagem. E há o entendimento de uma desvalorização e desconhecimento do papel desse profissional, que chega a ser confundido com outros profissionais ou atores sociais.

Terceira categoria: Reconhecimento/satisfação e formação profissional

- Professora A Ao meu ponto de vista, o profissional do AEE não é nem um pouco reconhecido e valorizado pela sociedade. O que mais vejo é falas do tipo: ganha para não trabalhar, essa vida até eu queria.
- Professora B As vezes sim as vezes não. Tem família que não gosta do trabalho do AEE.
- Professora C Algumas vezes! Muitas vezes não me sinto tão reconhecida pela sociedade. A sociedade ainda precisa entender a importância do AEE na vida de crianças especiais para dar o devido valor. Em alguns casos a sociedade em geral (escola, família, etc.) não sabem nem do que se trata o AEE.
- Professora D Em parti sim, porque existem pessoas que admiram, e reconhecem nosso trabalho, mais também existem pessoas que criticam, dizendo que não fazemos nada na escola por termos duas horas de aula.
- Professora E Sim. A maioria dos pais fazem relatos dos pontos positivos conquistados por seus filhos que são atendidos pela professora do AEE.
- Professora F Olha eu não acho que é reconhecido não. Pelo contrario, no próprio local de trabalho somos tidas como preguiçosas, por termos poucos alunos e trabalhar poucas horas. Ninguém sabe que fazemos formações, pesquisas, que tiramos tempo e muito tempo para produzir recursos

didáticos, que fazemos visitas nas casas. Na verdade, ninguém sabe direito as atribuições do professor do AEE, e muitas vezes nos colocam para dar aula de reforço ou substituir professores faltosos.

Abaixo descrevemos a área de formação dos professores:

Professora A	Sou formada em Pedagogia há 2 anos
Professora B	Sou formada em Pedagogia há 6 anos
Professora C	Sou formada em Letras Português há 3 anos
Professora D	Sou formada em pedagogia há 6 anos
Professora E	Sou pós-graduada em Educação Especial há 3 anos
Professora F	Sou pedagoga há 3 anos

Nessa categoria podemos observar que das seis professoras entrevistadas, apenas uma possui formação específica na área da educação especial, prevalecendo em sua maioria a formação em Pedagogia e apenas uma professora com formação em Letras Português. Sendo que o tempo de formação varia entre 2 a 6 anos. No que se refere ao tempo de atuação no AEE foram identificados tempos diferenciados, uma professora atua há 10 anos no AEE, duas atuam há 5 anos, duas atuam há 3 anos e apenas uma atua há 4 anos. Isso denota experiências e saberes diferenciados se considerarmos que é na prática que se constroem os saberes docentes.

Quarta categoria: Rotina de trabalho e mudanças

Professora A	Minha rotina de trabalho não é diferente das outras professoras do AEE, atuo nessa área apenas pela parte da manhã, a tarde eu sou professora regente no ensino regular.
Professora B	Faço atendimento de 2ª feira á 5ª feira de manhã e a tarde duas horas por dia. As sextas-feiras, planejo, observo em sala de aula ou visito família dos alunos.
Professora C	Chego as 6:45 na escola, às 07:00 início a aula com conversas informais sobre como foi o dia anterior das crianças, leio ou conto uma história, em seguida fazemos atividade, jogos, jogos no computador depois descrevo a aula no diário de bordo.

- Professora D Minha rotina começa as sete da manhã quando chego na escola, vou para minha sala acolher meus alunos, começo aula com conversas informais depois temos o momento da leitura compartilhada, depois passa atividades digitalizadas, jogos, materiais concretos e jogos no computador.
- Professora E Minha rotina começa quando chego na escola, vou para minha sala receber os alunos, faço acolhida, leio uma história ou apresento (para deleite), proponho atividade de acordo com as necessidades que os alunos apresentam, explico como deve ser desenvolvida e deixo-o resolverem; ajudo se julgar necessário, junto com os alunos faço correções e retomo a atividade de forma oral, com jogos concretos ou online
- Professora F Minha rotina se divide em atendimento na sala de recurso, acompanhamento na sala de ensino regular, visita nas casas dos alunos deficientes, participação em cursos de formação e planejamento e elaboração de recursos didáticos. Acho que não é tão simples como as pessoas pensam. Mas sinto prazer em tudo que faço.

Verifica-se que a rotina das entrevistadas é muito semelhante, pois algumas falas revelam mais detalhes sobre o que realizam com os alunos. Destacamos a fala da professora F que sistematiza sua rotina em diferentes atividades, enfatizando desde o atendimento na sala de recursos à visitas domiciliares, além de planejamento, formação e elaboração de material didático. Evidenciou-se também nessas falas que a professora A atua tanto no AEE como também em sala regular como professora regente.

Quinta **Desafios e dificuldades**

categoria:

- Professora A A maior dificuldade é as ausências dos alunos no contra turno. Poucos pais dão importância ao atendimento na sala de recursos.
- Professora B Encontramos muitas barreiras em algumas escolas. Já encontrei muitas dificuldades para realizar meu trabalho, os desafios são muitos, principalmente para ter o nosso trabalho reconhecido.

- Professora C Os maiores desafios são necessidades de jogos novos, materiais como impressoras coloridas e principalmente apoio de alguns pais.
- Professora D A maior dificuldade é ausência de alguns alunos nas aulas, os pais não têm o compromisso de enviar seus filhos para o atendimento especializado.
- Professora E Uma das maiores dificuldades é ausência de alguns alunos nas aulas do atendimento e a falta de compromisso dos pais em mandar os filhos para a escola.
- Professora F O que mais atrapalha meu trabalho é ter que substituir regente de sala regular, ao invés de fazer atendimento especializado. Tenho dificuldade em fazer a gestão compreender que eu não sou professora de reforço.

As falas destacadas apresentam problemas de três ordens: falta de alguns materiais ou recursos didáticos, ausências dos alunos nas atividades realizadas nas salas de recursos e incompreensão do trabalho do profissional do AEE, que chega a ser confundido com professor de reforços ou substituto de professores faltosos. Ficou evidente o desejo das professoras de terem suas práticas valorizadas e compreendidas em sua importância social.

Sexta Relações interpessoais e comunidade

categoria:

- Professora A Meu relacionamento com a equipe da escola é eficaz e acima de tudo profissional.
- Professora B Sempre me dei muito bem com os colegas e comunidade escolar, mas, já passei por momentos muito difíceis em outras escolas. Já vi professores não aceitar alunos com deficiência nas salas regulares.
- Professora C Tenho um bom relacionamento tanto com as pessoas da escola como também da comunidade escolar.
- Professora D Uma das maiores dificuldades é ausência de alguns alunos nas aulas do atendimento e a falta de compromisso dos pais em mandar os filhos para a escola.
- Professora E Meu relacionamento com a equipe escolar é eficaz, há essência de harmonia. Tenho uma relação de afeto, carinho e humor com os alunos.

Professora F Com os alunos me relaciono muito bem, mas falta mais apoio da equipe pedagógica em cobrar dos pais que levem seus filhos, de evidenciar a importância de nosso trabalho. Se não há reconhecimento por parte da equipe pedagógica como vai haver por parte dos pais. Me dou bem com todo mundo, mas não gosto da forma que olham para mim, como se meu trabalho não fosse trabalhoso. Agora com os alunos é bem legal, há uma boa convivência de alegria e respeito.

As falas evidenciam tanto compreensões positivas de relacionamento com a comunidade escolar, como também de relações comprometidas ou pela falta de apoio pedagógico ou de compreensão por parte dos pais da importância das aulas nas salas de recursos. No entanto, quando foram perguntadas pelo reconhecimento social de sua função profissional, as professoras em sua maioria afirmam não serem reconhecidas e valorizadas, isso fica evidente na fala: *“no próprio local de trabalho somos tidas como preguiçosas, por termos poucos alunos e trabalhar poucas horas”*, o que torna contraditório algumas das falas que falam de um bom relacionamento, principalmente na afirmação de que *“o relacionamento é eficaz e profissional”*.

Sétima categoria: Relacionamento com os alunos e expectativas

Professora A Tenho uma relação de afeto com meus alunos. Minha expectativa para eles é a de que sejam capazes de atuar na sociedade como cidadãos conhecedores e praticantes de seus direitos e deveres.

Professora B Tenho um ótimo relacionamento com meus alunos.

Professora C Tenho um bom relacionamento com os alunos, todos são carinhosos e crianças participantes durante as aulas. Alguns são tímidos, mais já melhoraram bastante.

Professora D Meu relacionamento com a equipe escolar é profissional. Tenho uma relação de afeto e carinho por todos.

Professora E Tenho uma relação de afeto, carinho e humor com os alunos.

Professora F Agora com os alunos é bem legal, há uma boa convivência de alegria e respeito.

As respostas das perguntas que voltavam-se para a relação das professoras com os alunos foram curtas e superficiais, sem muitos detalhes. O que é perfeitamente compreendido no campo das representações sociais. Dificilmente as respostas evidenciariam más relações. O que se quer que saiba é que se dão bem com os alunos. Nenhuma delas disse ter dificuldades com alunos por conta de sua deficiência ou por falta de conhecimento para saber lidar com a deficiência do aluno. Obviamente que o que se espera de um professor do AEE é conhecimento sobre as deficiências e habilidades para lidar com elas. Há, no entanto, reclamações em relação a falta dos alunos, por não terem apoio familiar na participação das aulas nas salas de recursos.

A ênfase maior foi em uma relação de afeto, carinho e humor. O que transparece a crença de que a docência é também uma vocação, de que existem pessoas que possuem habilidade para ensinar. Considerando as falas e as observações, pode-se dizer que de fato não verificamos nenhum conflito entre professoras e alunos. Havendo de modo geral uma preocupação em propiciar a aprendizagem aos alunos de modo significativo e prazeroso. Exceto em uma das observações em que verificamos certa inquietude da professora diante da incompreensão dos alunos das situações problema em matemática.

Oitava categoria: Importância social

- | | |
|--------------|--|
| Professora A | É um papel abrangente, pois, envolve meus alunos em todas as atividades propostas, inclusive faço visitas às famílias e quando tem atividades diferenciadas na escola, meus alunos tem a oportunidade de apresentação, sendo incluídos no meio social. |
| Professora B | Meu papel de professora de AEE na sociedade ainda é pouco valorizado por alguns profissionais. Mesmo dando o melhor do meu trabalho e mostrando a importância do atendimento na escola e sociedade. A inclusão já teve um grande avanço na educação, mas muita coisa precisa melhorar. |
| Professora C | É um papel árduo, mas gratificante a cada conquista alcançada por meus alunos. |
| Professora D | É uma tarefa árdua mais gratificante, pois sei que de alguma maneira contribui com seu desenvolvimento educacional, pois sempre busco fazer o melhor por eles, por outro lado fica a desejar pois, não temos o reconhecimento por parte de algumas pessoas. |

- Professora E É um papel abrangente, pois envolvo meus alunos em todas atividades propostas, inclusive faço visitas às famílias e quando tem atividades diferenciadas na escola, meus alunos têm oportunidade de apresentação, sendo incluídos no meio social.
- Professora F Vejo o AEE como uma possibilidade mais justa, com mais respeito as diferenças, de fato inclusiva. Temos muito a melhorar, mas creio que de alguma forma com o meu trabalho contribuo para uma sociedade melhor, esse atendimento faz a diferença na vida de muitas crianças.

Verifica-se que todas as professoras consideram seu papel importante para sociedade, atribuindo a importância não apenas para os alunos, mas para a sociedade como um todo. Algumas enfatizam que não é uma tarefa fácil, mas que é uma atividade gratificante. São convictas de que sua prática docente colabora para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

Considerando todas as categorias de análises pode-se dizer que do ponto de vista profissional as sujeitas entrevistadas se representam com importantes para a sociedade, sente-se capazes de executar uma proposta educacional inclusiva. Em algumas falas é perceptível o desejo de reconhecimento social, de mais compreensão e suporte das famílias, dos funcionários da escola e da sociedade como um todo.

Conforme Teperino (2009), a família possui um papel fundamental na estimulação do ambiente que o aluno está inserido, contribuindo significativamente para o processo de desenvolvimento do mesmo. A autora destaca que para a aprendizagem ocorrer de forma satisfatória, é essencial que a pessoa com deficiência esteja equilibrada emocionalmente. Portanto, podemos concluir que quanto maior for o suporte emocional e a participação da família no âmbito escolar, maiores são as chances do aluno se beneficiar dos recursos do AEE disponibilizados pela escola.

Houve falas positivas em relação ao relacionamento com a escola e alunos, com ênfase em relações de respeito e afeto, mas nas entre linhas emergem experiências anteriores que não seguiam via de regra a relação de afeto e respeito. Uma das entrevistadas chega a mencionar falas de colegas de trabalho, que colocam em questão o trabalho do professor do AEE, sendo compreendido como preguiçoso e fácil, dado a carga horária e a quantidade de alunos.

Todas as professoras mencionaram participar de formações continuadas, treinamentos e capacitações oferecidas pelo SEMEC (Secretaria de Educação). Essa participação em formações continuadas e treinamentos são extremamente importantes. Segundo Facion (2009):

É de extrema relevância preparar o professor para os novos desafios da educação. A promoção de uma postura reflexiva e crítica, por meio da apropriação de conhecimentos, proporcionará a esse profissional condições de se posicionar e atuar com responsabilidade e autonomia, reivindicando uma educação que respeite os ideais de uma sociedade justa e democrática. (p. 166)

Para as professoras que atuam no AEE, a participação nas formações continuadas permitem aprendizado e reflexões sobre a prática pedagógica em caráter mais reflexivo, em que outros contextos e relações, em grupo, serem compartilhadas e analisadas. Hengenmühle (2007) menciona em seus estudos uma preocupação com a formação desses sujeitos que já atuam em salas de recursos multifuncionais enfatizando que a formação continuada em serviço permite aos professores:

Organizados em grupos de estudo, por componente curricular, buscam estudar, de conteúdo em conteúdo, o contexto, as situações, os problemas que originaram os conteúdos e as suas significações em contextos, situações e problemas reais para alunos reais. (HENGENMÜHLE, 2007, p.105)

Estudos de Romanowski (2007) evidenciam também que uma sociedade do século XXI não pode deixar de aperfeiçoar os profissionais que formam opinião e que transferem os conhecimentos científicos e culturais para serem acessíveis a arena social:

A formação continuada é uma exigência para tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece num contínuo, iniciada com a escolarização básica, que depois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mercado de trabalho; continua ao longo da carreira do professor pela reflexão constante sobre a prática, continuidade dos estudos em cursos programas e projetos. (ROMANOWSKI, 2007, p.138)

Em relação às dificuldades tivemos um grau maior de irregularidades nas respostas. Para algumas professoras a dificuldade está no espaço físico, para outras na valorização das aulas de recurso, por parte dos pais que deixam de levar os filhos para as aulas na sala de recursos, para outras professoras as dificuldades estão na ausência de material didático, principalmente jogos. Havendo ainda falas no sentido da falta de reconhecimento do trabalho ou da incompreensão do papel do professor do AEE, que acaba substituindo regentes de sala regular em sua ausência ou dar aulas de reforço.

Todas participantes objetivam contribuir com a formação de cidadãos conhecedores de seus direitos e deveres e atuantes na sociedade. Buscam atender as necessidades de aprendizagem de cada aluno diante de sua deficiência. A rotina dessas profissionais parece seguir uma regularidade, sala de recursos, acompanhamento em salas de aula regular, visitas nas famílias, planejamento e formação continuada.

5.4 Discurso dos funcionários das escolas

Considerando os objetivos da pesquisa, que está voltado para as representações sociais produzidas sobre a figura dos professores do AEE, também elaboramos um roteiro de questionário semi-estruturado para aplicar com alguns funcionários das escolas em que atuam as professoras entrevistadas. Seus discursos serão apresentados no corpo desse trabalho a partir de categorias de análises que levamos em consideração abaixo:

Primeira categoria: papel do professor do AEE

Segunda categoria: contribuições dos professores do AEE

Terceira categoria: participação dos professores do AEE nas atividades escolares

Quarta categoria: desejo de melhorias no AEE

Vejamos qual representação se manifesta no discurso desses funcionários:

Primeira categoria:	Papel dos professores do AEE
Funcionário 1	O papel dos professores do AEE é muito importante, pois ajuda no atendimento das crianças especiais, dando um suporte educacional especializado.
Funcionário 2	Desenvolve nos alunos estímulos indispensáveis ao pleno desenvolvimento através de recursos pedagógicos, tecnológicos e educativo, levando em consideração as suas particularidades. É identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos, pedagógicos de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas de cada criança.
Funcionário 3	O papel do professor do AEE na instituição é garantir a inclusão dos alunos especiais, e dar um suporte para aqueles que necessitam de uma dedicação além do que o professor transmite em sala de aula, desta forma facilita a vida dos professores da instituição, pois trabalham em parceria visando sempre resultados para os alunos,
Funcionário 4	O professor do AEE contribui de acordo com as necessidades da

escola como por exemplo: dando atendimento para crianças especiais que estão matriculadas na mesma, oferecendo reforço para os alunos que se encontram em atraso curricular e também como professor substituto.

Funcionário 5 São vários, tais como fazer atendimento no contra turno, orientar e confeccionar material pedagógico para os professores regentes. Fazer atividades suplementares, acompanhar o desenvolvimento de cada aluno ajudando-os a superar suas dificuldades, etc.

Ao serem perguntados sobre o papel do professor do AEE, os funcionários apresentaram regularidades em relação às atividades realizadas, mas, existe por parte de alguns funcionários a incompreensão das atribuições desses profissionais. Isso fica evidente na fala que menciona: *“contribui de acordo com as necessidades da escola... atendimento a crianças especiais...aula de reforço.... e também como professor substituto”*. Essa fala vai ao encontro da dificuldade mencionada por uma das professoras que afirmou ser confundida com professora de reforço. As atribuições corretas dos professores do AEE, já mencionadas nesse trabalho, em nenhum momento incluem aulas de reforço ou substituição de professores regentes. A própria rotina descrita pelas professoras não consta aulas de reforço.

Por outro lado, alguns funcionários demonstraram bastante conhecimento das atribuições desses profissionais. No entanto, defendem a crença de que esse professor seja capaz de efetivar a inclusão, nesse caso é preciso modalizar essa afirmação, visto que o professor do AEE sozinho não conseguirá efetivar essa inclusão. Sua presença no ambiente escolar é para colaborar com práticas de ensino inclusivas, atendendo as necessidades educacionais de seus alunos. Sem o apoio pedagógico das coordenações, dos professores regentes em salas regulares e da comunidade em geral, esse profissional não conseguirá alcançar êxito. É importante que a proposta de uma educação inclusiva conte no Projeto Político Pedagógico da escola e que toda a comunidade escolar se empenhe para efetivar práticas inclusivas.

Segunda **Contribuições dos professores do AEE**
categoria:

Funcionário 1 Tem contribuído de forma diversificada dando apoio pedagógico, atendimento, professor, substituto, em dramatizações.

- Funcionário 2 Tem contribuído de forma muito responsável, afim de tornar o aluno mais dinâmico e criativo.
- Funcionário 3 Tem contribuído de forma ativa e significativa, isso porque o professor avalia cada aluno, cada necessidade especial, vai fundo em pesquisas para entender melhor aquele universo em que vive cada um, assim chega a uma conclusão, da maneira mais precisa de ajuda seu aluno.
- Funcionário 4 O professor do AEE auxilia os alunos com necessidades especiais utilizando de métodos pedagógicos de acordo com as necessidades em que os alunos apresentam, com isso o mesmo contribui para que o estudante possa desenvolver habilidades que sem o atendimento seria impossível de executar.
- Funcionário 5 Pesquisando e elaborando estratégias para auxiliar os professores regentes. Mantendo contato direto com familiares, fazendo visitas para conhecer de perto a realidade em que vive cada aluno. Estimulando os alunos, pais e professores a acreditar na inclusão.

As contribuições dos professores do AEE, mencionadas pelos funcionários entrevistados estão de encontro com a rotina descrita pelas professoras, já mencionadas nas categorias de análises anteriores. Demonstram julgar a atuação desses docentes como importante. No entanto, em uma das falas novamente menciona-se o desvio da função desses sujeitos, quando mencionam como participação “*aulas de reforço e substituição de professores*”.

Terceira categoria: Participação dos professores do AEE nas atividades escolares

- Funcionário 1 A participação são as mais diversas possíveis e de acordo com as necessidades escolares. Como professor substituto, atendimento etc. Colabora nas diversas áreas possíveis.
- Funcionário 2 Participa ativamente, pois as atividades são diversas chego a ficar em

sala de aula quando falta qualquer professor da escola.

Criar meios para que os professores sejam capazes de identificar as potencialidades e aprendizagens que possuem os alunos com deficiência. Proporcionar situações teóricas e práticas para que os professores sejam capazes de planejar suas atividades em sala de aula.

- Funcionário 3 Tem participação ativa, sempre se coloca a disposição para ajudar, se envolve desde o início nos preparativos, nas comemorações na confecção de materiais para as atividades, e isso até o final. Sempre muito caprichosa, pois sempre gosta de vê tudo organizado e perfeito esteticamente.
- Funcionário 4 O professor do AEE auxilia os alunos com necessidades especiais utilizando de métodos pedagógicos de acordo com as necessidades em que os alunos apresentam, com isso o mesmo contribui para que o estudante possa desenvolver habilidades que sem o atendimento seria impossível de executar.
- Funcionário 5 É bastante participativa se envolve nas atividades que a escola desenvolve, dando sugestões, participando dos eventos.

A participação dos professores do AEE é descrita pelos funcionários da escola com bastante positividade. As informações dos funcionários dialogam com as cedidas pelas professoras participantes, que mencionaram fazer acompanhamento em sala de aula, na sala de recursos, participar dos projetos de ensino, elaborar recursos didáticos, etc.

Quarta categoria: Desejo de melhorias no AEE

- Funcionário 1 Sugestão seria sala climatizada, recursos destinados para o AEE, uma sensibilização para com o profissional do AEE do seu real papel como suas atribuições para com os alunos especiais.
- Funcionário 2 Criar meios para que os professores sejam capazes de identificar as potencialidades e aprendizagens que possuem os alunos com deficiência. Proporcionar situações teóricas e práticas para que os professores sejam capazes de planejar suas atividades em sala de

- aula.
- Funcionário 3 Sim, focar um pouco mais na família, nos pais para que caminhe junto do professor para maior êxito no trabalho do AEE.
- Funcionário 4 Uma sugestão para melhorar as condições do AEE é mais valorização e reconhecimento por esse profissional, pois o que percebemos é que alguns membros da comunidade escolar não conhece a verdadeira função do professor do AEE e os ocupam com atividades que vão além de suas responsabilidades e precisa e precisa também de mais investimentos em materiais de apoio pedagógico para que assim o profissional possa desenvolver melhor seu trabalho.
- Funcionário 5 Capacitações e oficinas realizadas pela secretaria de educação para os professores regentes, diretores, coordenadores e secretariado.

No que concerne ao desejo de melhorias no AEE, os funcionários mencionam a necessidade de mais capacitações, recursos destinados a esse profissional, aproximação com as famílias dos alunos, melhorias na estrutura física da sala de recursos e também o reconhecimento e valorização social desses professores. Um dos funcionários enfatiza a necessidade de haver inclusive formações para os professores regentes, coordenadores e diretores para que esses possam conhecer melhor e compreender o campo de atuação desses profissionais, para não confundir seu papel com outras demandas que possam surgir no espaço da escola.

De modo geral, verifica-se que os funcionários em sua maioria têm conhecimento do papel do professor do AEE, sabendo inclusive suas atribuições e reconhecendo sua importância no ambiente escolar. Há, no entanto, algumas falas que denotam a falta de clareza das suas atribuições, sendo mencionado por algumas vezes a atuação desses docentes em aulas de reforço ou substituição aos docentes regentes.

Há também a expectativa de que esses profissionais sejam capazes de concretizar a inclusão no ambiente escolar como se esta dependesse apenas de conhecimentos pedagógicos e intervenções nas atividades escolares. Essa interpretação pode ser perigosa, visto que existem outros fatores que são requisitos para a inclusão, desde a estrutura física, a atuação do professor regente e as estratégias pedagógicas da coordenação. Segundo Hines (2008):

a atuação da direção é fundamental para o sucesso na transformação de uma escola para uma perspectiva inclusiva. A ação da direção é importante no sentido de guiar, estimular e facilitar a colaboração entre os professores do ensino comum e entre os

professores especializados, sendo, portanto, o trabalho coletivo como tarefa incontornável por parte do contexto escolar. (p.76).

Quando associamos essas falas ao sentido de representação adotado nesse trabalho, ou seja, como conhecimentos partilhados por um grupo, não necessariamente real, mas no campo do imaginário, é possível inferir que os entrevistados, no caso da pesquisa os profissionais, não produziram um discurso contrário a importância dos professores do AEE, por considerarem os aspectos legais que legitimam a atuação dos mesmos.

Nenhum dos funcionários mencionou a importância de outros profissionais para atuar conjuntamente com o professor do AEE, tais como fonoaudiólogo, intérprete de Libras, revisor de Braile, etc. Mas mencionam que esse profissional facilita a vida dos professores regentes, o que parece não demonstrar uma fala coerente, pois se tem algo que deve ser facilitado é a aprendizagem dos alunos. O professor regente tem tanta responsabilidade quanto o professor do AEE, em proporcionar a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Já foram mencionadas nesse trabalho as atribuições dos professores de atendimento educacional especializado, prevalecendo a função de mediador do processo de aprendizagem. Devendo trabalhar por meio da “articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares”. (BRASIL, 2010, p.4)

No entanto, verificamos que entre os professores entrevistados alguns assumem regência de sala de aula normal e atendem também alunos sem deficiência. Mendes (2009) referencia a legislação para deixar claro que:

a Política antes de definir os tipos de atividades a serem desenvolvidas no AEE, especifica primeiro aquilo que o professor não pode fazer ao dizer que “as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização”(BRASIL, 2008: 16)

Por constar em nossas bases legais que legitimam a atuação dos professores do AEE, faz-se necessário uma melhor interpretação das comunidades escolares, no que concerne as atribuições desses profissionais, que paralelamente a essa compreensão se articulem estruturas físicas, recursos didáticos e formações continuadas, que de fato permitam a efetivação de uma educação inclusiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados reforçam as atribuições legais do AEE, tais como dos profissionais dessa área em uma perspectiva analítica e hermenêutica das representações sociais que permeiam a atuação desses sujeitos. Poder-se-ia afirmar que existem divergências entre as definições legislativas e o imaginário social construído sobre esses sujeitos. Muito mais por parte dos funcionários das escolas do que dos professores.

Ficou evidente que as professoras compreendem seu papel social e suas atribuições, tais quais está na legislação. Portanto, se representam como profissionais capazes de identificar as necessidades educacionais dos alunos, com potencial para produzir recursos didáticos e realizar intervenções pedagógicas.

As professoras se representam ainda como profissionais responsáveis, afetivas e carinhosas com seus alunos, demonstrando um bom relacionamento na maioria das vezes com a equipe escolar. Algumas demonstram desejo de mais reconhecimento e valorização social. Demonstram insatisfação quando são associadas a professores de reforço ou quando são levados a substituir professoras regentes. Enfatizam ainda a necessidade de mais recursos didáticos, a ausência das salas de recursos e falta de apoio das famílias.

Nem todas as entrevistadas escolherem atuar nessa área, mas em geral sentem-se bem atuando no AEE. Esperam contribuir com a formação social dos alunos, para que esses sejam capazes de atuarem na sociedade de modo consciente e crítico. Verbalizam avanços na aprendizagem dos alunos, julgados como resultados do acompanhamento de salas regulares e nas salas de recursos multifuncionais.

Em relação aos discursos produzidos pelos profissionais que trabalham nas escolas participantes da pesquisa, pode-se verificar que há um consenso da importância desses profissionais no ambiente escolar. Destacam a participação nas atividades pedagógicas em uma perspectiva positiva. No entanto, nas linhas e entre linhas de seus discursos, verifica-se que creem que o professor do AEE é responsável e capaz de contribuir para o processo de inclusão, apenas com sua atuação nas escolas, ou ainda, associam esse profissional com professores de aula de reforço, não demonstrando clareza das atribuições desses docentes no que concerne ao Atendimento Educacional Especializado.

Alguns dos funcionários verbalizaram a importância de existirem formações para os coordenadores, professores regentes e diretores, para que seja melhor compreendido o papel do

profissional do AEE, ficando evidente que em algumas instituições a equipe escolar nem sempre compreende de fato quais as atribuições do professor de AEE.

Houve também falas em prol de melhores capacitações e formações para professores do AEE, necessidade de maior aproximação com as famílias, melhores espaços físicos e apoio pedagógico em relação a recursos.

Dessa forma é importante destacar que o conceito de representação social abordado neste trabalho é o mesmo utilizado por Jodelet e Hall focado na perspectiva de que existe conhecimentos que são produzidos no bojo das relações do dia-a-dia e se cristalizam como verdades, no entanto, não são comprovados cientificamente, já que provém do senso comum.

Nossa interpretação na ótica das representações é a de que a legislação precisa ser melhor compreendida, quando define a atuação dos professores especializados em escolas regulares. Havendo necessidade de maior valorização desses profissionais e determinações e deliberações das atividades que legitimam práticas inclusivas. Além disso, é importante que haja mais pesquisas voltadas para o tema das representações sociais que envolvam outras temáticas da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica.** MEC, SEESP, 2008.

BRASIL. **Resolução N° 02/2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

FACION, José Raimundo(org). *Inclusão escolar e suas implicações.* Curitiba:ibpex, 2009.

JODELET, D., *La representación social:Fenómenos, concepto y teoría.* In:Psicologia Social(S. Moscovici, org.), pp. 469-494, Barcelona: Paídos, 1985.

HINES, J.T.Making. *Colaboration Work in Inclusive High School Classrooms:* p.277-282, 2008.

HALL, Stuart. “The work of representation”. In: HALL, Stuart (org.) *Representation. Cultural representation and cultural signifying practices.* London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação,** Campinas, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A formação do professor e a Política Nacional de Educação Especial. V Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: formação de professores em foco. São Paulo: 26 a 28 de agosto de 2009.

MOSCOVICI, S.,. *A Representação Social da Psicanálise.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva-MEC/2008

ROMNOWSKI,Joana Paulin. *Formação e profissionalização docente.* Curitiba: ibpex,2007.

TEPERINO, Ana Paula Pertussati. *Paralisia Cerebral e Desenvolvimento Cognitivo.* Trabalho de conclusão de curso (Monografia) de Pós Graduação em Neuropsicologia. Universidade FUMEC. Belo Horizonte, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro I de questionário semi-estruturado/professor

Idade:

Sexo:

- 1- Qual sua formação?
- 2- Há quanto tempo você atua como professor(a) do Atendimento Educacional Especializado - AEE?
- 3- Por que escolheu ser professor(a) do AEE?
- 4- Qual a importância que você atribui aos professores do AEE?
- 5- Você se sente reconhecido(a) profissionalmente pela sociedade?
- 6- Você está satisfeito(a) com o trabalho que realiza?
- 7- Se você pudesse mudar alguma coisa na sua profissão o que mudaria?
- 8- Descreva sua rotina de trabalho.
- 9- Você recebe algum tipo de formação para atuar nessa área? Caso receba fale sobre essa formação?
- 10- Fale sobre suas dificuldades/desafios na sua atuação profissional.
- 11- Como é seu relacionamento com os colegas de trabalho e a comunidade escolar?
- 12- Como é seu relacionamento com os alunos?
- 13- Que tipo de aluno você pretende formar?
- 14- Como você descreveria seu papel social enquanto professor do AEE?

Apêndice B: Roteiro II de questionário semi-estruturado/funcionário da escola**Sexo****Área de atuação:**

- 1- Qual o papel do(a) professor(a) do Atendimento Educacional Especializado - AEE na escola que você trabalha?
- 2- Qual a importância que você atribui aos professores do AEE?
- 3- Como esse profissional tem contribuído para a formação dos alunos com necessidades educacionais especiais?
- 4- Como é seu relacionamento com esse profissional?
- 5- Como é a participação desse profissional nas atividades escolares?
- 6- Gostaria de sugerir algo para melhorar as condições do AEE?

ANEXOS

Anexo A: Aceite Institucional



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa
 _____,
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____,
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização
 de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento
 _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com
 _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de
 _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em
 _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela
 instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da
 instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos
 sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e
 bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

Anexo B: Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

Anexo C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____
(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____*(explicitar instrumentos de coleta de dados)*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____